

A Constituinte ouvirá opiniões do governo

BRÁSILIA AGÊNCIA ESTADO

Está chegando a hora de o governo levar suas opiniões e suas experiências à Assembléia Nacional Constituinte, independentemente da ação de seus líderes e dos grupos que o apóiam. Não se trata de intervenção ou, muito menos, de tentativa do Palácio do Planalto de atropelar a soberania e a liberdade que deputados e senadores possuem para votar e deliberar como bem entendam. Será, apenas, uma aproximação natural entre o poder constituinte e o poder que o convocou.

Essa conclusão fluiu de demorada conversa, ontem, entre o presidente José Sarney e o ministro Paulo Brossard, a quem caberá amidiar entendimentos e contatos com as lideranças parlamentares, com os dirigentes das comissões e, mesmo, com os diversos segmentos hoje empenhados na elaboração de propostas.

Entende o presidente José Sarney que o Executivo não deve ficar à margem dos trabalhos constituintes. Nem de braços cruzados, por iniciativa própria, nem algemado, por pressão de setores que são seus adversários. A soberania da Assembléia não passa por esse túnel nem ele, pelas funções que exerce, poderá considerar-se o único cidadão brasileiro impedido de opinar sobre a nova Carta. O Executivo, que chefa, dispõe de uma série de experiências referentes ao funcionamento do sistema de governo, à administração e ao trato de múltiplas questões. É natural que todo esse acervo seja transmitido aos constituintes. Muitas vezes a teoria deve subordinar-se à prática, e certas fórmulas que parecem perfeitas no papel fracassam diante dos fatos. Alertar, esclarecer e manifestar-se será, mais do que um direito, um dever do governo.

O ministro Paulo Brossard frequentou com assiduidade o plenário da Assembléia Nacional Constituinte, logo depois da instalação de seus trabalhos. Retratu-se quando alguns radicais pediram explicações e criticaram sua presença, mesmo diante de artigo votado no regimento interno, dando livre trânsito a todo ex-parlamentar. Deixou passar o tempo, menos por sentir-se ofendido do que pela constatação de que, na primeira fase das discussões, a ebulição e o choque das variadas propostas dificultava a visualização de um perfil inicial dos diferentes capítulos e títulos em exame.

Agora, quando as subcomissões acabam de concluir seus pareceres, a hora da reaproximação chegou. Em muitos casos a maioria dos participantes das subcomissões modificou as sugestões de seus relatores, mas nada deve ser considerado conclusivo. Os pareceres chegaram ontem às oito comissões temáticas, cada uma englobando três subcomissões. Tudo será revisto e submetido a nova votação, o que também significará apenas outra etapa do processo, com prazo previsto até 15 de junho. Naquela data deverão ser encaminhadas à Comissão de Sistematização todas as conclusões, para que seus integrantes passem a concl-

lar os textos, emprestando-lhes uniformidade. Ainda assim, não teremos chegado à última palavra, pois o plenário da Assembléia Nacional Constituinte votará tudo, duas vezes. Aparentemente, serão votadas em bloco e rapidamente as sugestões óbvias, sobre as quais não se registrarão divergências. Mas para cada artigo poderá haver pedido de deslaque, ou seja, votação separada, o que determinará nova remessa à Comissão de Sistematização e, outra vez, votação em plenário.

O governo, assim, não tem como definitivas as propostas aprovadas até a madrugada de ontem, nas subcomissões. Delas terá saído, no máximo, um esboço limitado. Tome-se, por exemplo, a questão do sistema de governo. Aprovou-se um monstrengo na Subcomissão do Poder Executivo, nem presidencialista nem parlamentarista, apesar dos rótulos. Muitas dúvidas existem quanto à possibilidade de a Câmara dos Deputados derrubar ministros, principalmente porque alguns foram colocados de fora, como os militares, o das Relações Exteriores e o chefe do Gabinete Civil. Se porventura permanecer a idéia, assistiremos à presença de ministros de primeira e de segunda classe. Da mesma forma se contesta a possibilidade de o presidente da República, mantendo as funções de chefe do governo, o que caracteriza o presidencialismo, decidir sobre a dissolução da Câmara, característica do parlamentarismo. Pior fica a manutenção do Senado, nesse caso, já que, se o sistema de governo for parlamentarista, desaparecem as justificativas para a existência da Câmara Alta. Mas, se for presidencialista, não haverá como aceitar dissoluções e votos de desconfiança. Apenas no correr dos próximos meses, assentada a poeira ainda no ar, surgirá a definição maior, para a qual o Palácio do Planalto espera contribuir. Sarney, recorda-se, fez há nove dias clara manifestação pelo presidencialismo, ainda que admitindo maiores poderes para o Congresso.

Acresce que boa parte das decisões adotadas pelas subcomissões, a partir de hoje extintas, fizeram-se ao sabor da conjuntura. O PMDB, não querendo trombar de frente com o chefe do governo, por isso adiando a decisão política sobre o tempo dos mandatos presidenciais, preferiu dar um sinal de que não havia cedido. Sem pesar razões doutrinárias, mas políticas, boa parte de seus representantes terminou votando pelo parlamentarismo. Os cinco anos foram sugeridos, para os mandatos presidenciais, mas ninguém garante venha a ser essa a decisão do plenário constituinte, lá para outubro, se o País ainda viver uma inflação galopante e se o custo de vida continuar subindo, com a sombra da recessão espalhando-se ainda mais.

É precisamente para prevenir surpresas ou, ao menos, para alertar sobre o perigo de certas aventuras emocionais que o ministro da Justiça, a partir dos próximos dias, dedicará boa parte de seu tempo às conversas e entendimentos com a Assembléia Nacional Constituinte.